

A diversidade cultural é um direito humano

Olga Cabrera, cubana naturalizada brasileira, possui graduação em Licenciatura de História (Cuba, 1966), mestrado em História de América (Cuba, 1968), doutorado em História de América (Cuba, 1986) e doutorado em Pedagogia (Cuba, 1983). Atualmente aposentada da Universidade Federal de Goiás, é professora voluntária do IESA-UFG, Editora da *Revista Brasileira do Caribe* e selecionada pela CAPES como professora convidada senior na UFMA. Além disso, integra os comitês consultivos de diversas revistas científicas do México, Colômbia e Brasil. Tem experiência na área de História Oral, com ênfase na interdisciplinaridade, atuando principalmente nos seguintes temas: Caribe, Cuba, Cultura, Ambiente, Etnoeducação e Migração. Trabalhou com grupos descendentes de quilombolas em Goiás (2005), desenvolvendo projetos que beneficiassem aquelas comunidades, e com questões etnoculturais em escolas de periferia de Goiânia e Aparecida de Goiânia (2004). Elaborou e participou de projetos de cooperação internacional junto à Unesco e a diversas universidades do México, Colômbia, Espanha, Jamaica, EUA etc.

Como você define a diversidade cultural?

A diversidade existe na sociedade, na natureza, porém no nascimento das filosofias da modernidade correspondentes com a época do comércio de africanos como mercadorias para o trabalho escravo nas Américas, houve uma construção ideológica de hierarquias nessa diversidade humana. A diversidade cultural é a expressão ou manifestação dessa diversidade e existiu, existe e existirá. É um direito humano. Mas terão que ser eliminadas as construções ideológicas que justificaram as desigualdades humanas e que podem transitar da discriminação pelo fenótipo à discriminação pela expressão cultural. A diversidade cultural significa fundamentalmente pensar no diálogo, no reconhecimento da diferença e do direito de ser diferente principalmente nas relações entre grupos, etnias, povos etc. Na sociedade há grupos, povos, etnias etc. cujas formações e manifestações

culturais transcorrem de forma diferente ainda que não significa pensar neles(as) como isolados(as), ou à margem da sociedade.

Como se deu seu interesse pela questão da diversidade cultural?

Tem a ver com a minha história caribenha, meus vínculos sentimentais com negros(as) no meu país e uma origem “escura” que sempre busquei iluminar. Mas, fundamentalmente, pela presença da discriminação que, mascarada ou sem máscara, permanece criando hierarquias sociais. Isso me levou a posicionar-me contra essa injustiça que cria mais dificuldades para o desenvolvimento daqueles que a sofrem.

Você desenvolveu projetos educacionais em parceria com pesquisadores de outros países como a Espanha e a Colômbia. De maneira geral, como esses países têm tratado a questão da diversidade cultural nas escolas?

Na Espanha me encontrei com uma preocupação, sem dúvida pela entrada de muitos imigrantes africanos. Mas havia um projeto educacional de criar um agente intercultural que nasceu na Universidade Autônoma de Madri, também nas Ilhas Canárias, e em algumas ONGs com interesse no assunto. O debate no país estava carregado de discriminação. Na época Espanha se descobria como europeia, a mim na verdade me parecia essa pretensão um pouco bizarra, mas depois me pareceu ver nela algo da herança do franquismo, alguma dose de sua intransigência fascista. Enfim, os projetos eram muito manipuladores, esse agente intercultural era um interventor na cultura – questão que critiquei em várias ocasiões. Mas isso foi nos anos de 2005 e 2006. Hoje não sei se esse projeto do agente intercultural continuou porque para os imigrantes africanos isso era pura intervenção na cultura e assim eles se manifestaram num congresso que assisti em Madri, em dezembro de 2005. Me senti muito melhor com o futuro da diversidade cultural em Espanha após escutar aos(às) imigrantes africanos(as).

Na Colômbia há diferenças que sempre existiram entre a costa e os Andes. Eu fui convidada como caribenha ao Caribe colombiano (Cartagena de Indias), e ainda que viajei e participei nas universidades andinas, meu centro estava na Costa. Em toda a Costa caribenha de Colômbia há um interesse no estudo e na valorização do negro e suas expressões culturais

também porque toda essa região sempre foi percebida pela cultura andina como inferior, justamente pela presença negra e mestiça.

O mito da democracia racial brasileira ainda persiste? Ainda causa desconforto debater o racismo no Brasil?

Eu posso dizer que agora há um silêncio que está embasado no medo de ser acusado de racista. Quando cheguei e falei de pesquisas sobre as culturas negras e sobre a necessidade de criar um elo entre Brasil e o Caribe (que passa pelo estudo das culturas negras), um professor abertamente me assegurou que em Goiás não havia negros. Certamente na UFG, onde eu desempenhava minhas atividades como professora, não os havia (hoje as coisas têm mudado). Outra professora me falou que o Caribe era apenas praias. Porém, hoje não há debate e isso não é bom porque as opiniões circulam pelos corredores (construindo imagens negativas dos estudiosos das culturas negras apoiando-se na permanência dos estereótipos). Vão se criando estigmas sobre as pessoas que se dedicam a esses temas, utilizando outros aspectos para mascarar a discriminação implícita nesses comportamentos. Há muitos medos pelas manifestações culturais negras, sobretudo a religião, e esta vai se tornando espaço de estudo reservado principalmente aos estudantes negros (estou apoiada na minha experiência apenas em Goiás), mas isso não é suficiente. Quando toda a sociedade se sente comprometida a eliminar a desigualdade social e a discriminação, pode se afirmar que esta terá seus dias contados. No entanto há que ter cuidado para não terminar criando a ideia de dois países. Alguns professores mascararam sua oposição às cotas raciais com o apoio às cotas sociais, porém num recente estudo que realizei na UFG sobre as cotas comprovei que as sociais nem se preenchem completamente, mas as raciais são insuficientes.

Qual a importância das leis n. 10.639/03 e 11.645/08 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena?

Penso que foi um importante passo para a democratização ou universalização dos estudos no Brasil, mas há algo mais importante ainda: se

trata de transcender a história parcializada das elites brancas e escrever uma outra história com outros protagonistas, quer dizer uma história na qual há protagonistas negros que deixem de ser apenas números. Manter uma omissão dessa história ou reduzi-la apenas à escravidão também constitui manter as fórmulas da dominação na escrita da história.

Após quase dez anos da sanção da Lei n. 10.639/03, como ela está sendo cumprida?

Penso que ainda não está sendo cumprida, contudo tem muito a ver com a falta de informação ainda que muitas vezes essa falta de informação seja utilizada como pretexto para manter as coisas tal qual. Nas pesquisas realizadas nas escolas onde há população afrodescendente temos encontrado que os estereótipos sobre o negro se mantêm e, mais grave, os professores não reagem contra eles.

Há quem considere que não bastam apenas as leis e o discurso de respeito às diferenças para que a diversidade ocorra tanto no espaço escolar como na sociedade abrangente. Você concorda com esta opinião? Em caso afirmativo, o que deve ser feito?

Bom, a diversidade existe. Agora o que não existe é o reconhecimento dessa diversidade nos seus valores, na sua história, na sua cultura e penso que não é possível ficar de braços cruzados. As nossas crianças negras devem começar a olhar-se na sua beleza, na sua história, na sua cultura, nos seus valores, com amor, para que a diversidade cultural transcorra e o país seja muito mais rico. Para isso a educação e os educadores têm um papel a cumprir. Se não atuamos, deixamos a ação para as ideologias das hierarquias sociais, aquelas em que uns são feios, atrasados, sujeitos, e outras mazelas que não é necessário mencionar.

Desde 2004, você trabalha no projeto de pesquisa, Religiões Negras no Ensino Médio, com apoio da Unesco e do MEC, em escolas de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Além da discriminação e do racismo implícitos na rejeição de religiões negras entre professores e alunos do ensino médio, o que mais foi constatado nesta pesquisa em relação à diversidade cultural?

Sobretudo constatei a permanência de estereótipos sobre as culturas negras não apenas entre os brancos, mas também entre os negros, e um deslocamento do racismo da cor da pele para as culturas negras. Outra questão importante é que os professores não pensavam que os seus alunos teriam como finalidade cursar estudos universitários, para eles o ensino médio era para formar trabalhadores mais qualificados, quer dizer, a reprodução da pobreza.

A questão religiosa nas escolas públicas é um assunto controvertido. O caráter laico dos órgãos públicos e do Estado e o ensino religioso facultativo garantido pela LDB fazem com que muitos educadores se coloquem contra a manifestação de práticas religiosas nas escolas. Qual a sua opinião sobre isso?

Ainda que se fale do laicismo, o ensino religioso continua em quase todas as escolas, nos conteúdos até da filosofia, da ética etc. Considero que o espaço da escola não deve ser ocupado, como hoje ocorre, por nenhuma religião. Isso porque acrescenta o poder da prática religiosa dominante e, portanto, coloca as manifestações religiosas negras como atrasadas ou no melhor dos casos como *folklore*, como algo ausente sem relação com a cultura brasileira.

Como fica a educação para a diversidade cultural quando os professores têm preconceitos contra as minorias sociais e/ou culturais? Como resolver essa situação?

Uma maior articulação das pesquisas da universidade com a escola pública e uma maior presença dos movimentos sociais na escola exigindo o respeito à diferença. Exigindo também uma maior presença na mídia.

Olga, muito obrigado.